

Recomendações do Banco Mundial para o Brasil

Apesar da piora no primário em agosto, meta não deve ser problema

Com piora nas expectativas, confiança da indústria gaúcha voltou a cair

Indústria gaúcha registrou maior alta para o mês desde 2010

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Assis Brasil, 8787 Fone: (051) 3347.8731 Fax: (051) 3347.8795

UNIDADE DE ESTUDOS ECONÔMICOS

www.fiergs.org.br/economia

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista desta Federação. É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Recomendações do Banco Mundial para o Brasil

Em agosto, o Banco Mundial divulgou recomendações em 15 temas visando promover o aumento da produtividade e o crescimento econômico no Brasil. Um dos pontos do documento diz respeito ao elevado prêmio salarial do funcionalismo no Brasil. A folha de pagamento do setor público nacional representa 13% do PIB e é alta para os padrões internacionais. Segundo os autores, contudo, isso não se deve necessariamente ao excesso de servidores públicos, mas aos salários relativamente mais generosos. Comparando carreiras no setor público e privado, o Banco estima que os salários do serviço público são, em média, 96% mais altos no nível federal e 36% mais altos no nível estadual, controlando para experiência profissional e formação acadêmica similares nos dois setores.

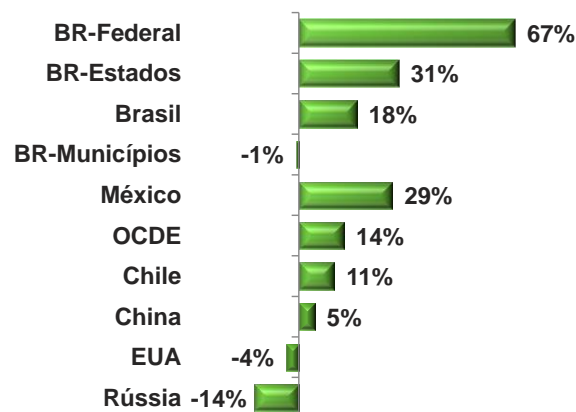
Essa análise obviamente oculta diferenças consideráveis entre as carreiras. Alguns cargos no setor público, como o magistério, pagam relativamente pouco. Em outras carreiras, como no caso do judiciário, a remuneração total, incluindo benefícios e gratificações, pode exceder consideravelmente o limite constitucional. Os médicos do setor público, por sua vez, ganham, em média, 4,5 vezes mais do que os 10% no topo da distribuição de renda no Brasil, o que é bem acima dos padrões da OCDE.

Não há dúvidas de que o ajuste fiscal passa por um controle do crescimento salarial do setor público. Nesse sentido, o documento traz algumas sugestões que podem ajudar na contenção da despesa: (i) diminuição do

número de carreiras e o aumento da mobilidade horizontal; (ii) redução de salários iniciais e alongamento do tempo para o atingimento do topo da carreira; (iii) criação de incentivos mais claros para os servidores e avaliações com responsabilização por mal desempenho; (iv) tornar mais transparente os pacotes de remuneração fora do executivo e a revisão da autorregulação no judiciário e no legislativo.

Não existe solução fácil. A reforma da administração pública, apesar de complexa e politicamente difícil, é fundamental para o ajuste fiscal no Brasil.

Prêmio salarial no serviço público em relação ao setor privado



Fonte: cálculo do Banco mundial

Apesar da piora no primário em agosto, meta não deve ser problema

No mês de agosto, o resultado primário do Gov. Central foi deficitário em R\$ 19,7 bilhões, superando o registrado no mesmo mês de 2017 (déficit de R\$ 10,5 bilhões, a preços de hoje). O déficit também foi maior do que o esperado pela mediana das expectativas de mercado apurada pelo Prisma Fiscal (R\$ 17,7 bilhões).

A piora em relação à 2017 se deve ao aumento de 18,9% nas transferências aos entes subnacionais e ao crescimento de 5,9% na despesa total. No primeiro caso, a principal influência foi o avanço dos preços internacionais do petróleo e a desvalorização da taxa de câmbio, que implicaram em aumento no preço em reais das cotas repassadas aos estados. O crescimento da despesa, por sua vez, foi determinado, entre outros fatores, pelo gasto de R\$ 1,7 bilhão com Financiamento de Campanha Eleitoral, sem contrapartida em agosto de 2017.

Com o saldo negativo em agosto, o acumulado no ano totalizou déficit primário de R\$ 58,7 bilhões, ante R\$ 90,6 bilhões (a preços de hoje) no mesmo período do ano passado. Do lado da receita, destaca-se o crescimento de 26,2% na arrecadação do Imposto de importação e de 22,0% do IPI, influenciados pela aceleração no câmbio, e de 16,9% no COFINS causados pelo aumento das alíquotas sobre

combustíveis. Pelo lado da despesa, o avanço de 2,1% nos Benefícios previdenciários foi a maior fonte de pressão.

No acumulado nos últimos doze meses, o déficit primário somou R\$ 97,6 bilhões (1,4% do PIB), ante a meta de R\$ 159,0 bilhões (2,3% do PIB) para 2018, o que indica que a situação fiscal de curto prazo está em linha com o cumprimento da meta para o ano. Há a possibilidade de realização de déficit inferior ao estabelecido na meta. Segundo o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 4º bimestre de 2018, a estimativa para este ano é de déficit de R\$ 150,8 bilhões, R\$ 8,2 bilhões abaixo da meta. Como o gasto projetado na reavaliação bimestral de agosto está R\$ 4,1 bilhões abaixo dos limites estabelecidos pelo Teto de Gastos, há espaço para ampliação de despesas discricionárias, o que implicaria aumento de déficit na mesma proporção.

Deve-se ressaltar que a possível folga em relação à meta não diminui o desafio fiscal brasileiro. A superação do problema passa por reformas que estabilizem a dinâmica das despesas obrigatórias (equivalem a 98% da Rec. Líq. do Gov. Central, segundo a STN) e pela geração de um primário positivo que coloque a dívida em trajetória cadente.

Com piora nas expectativas, confiança da indústria gaúcha voltou a cair

O Índice de Confiança do Empresário Industrial gaúcho (ICEI/RS) somou 53,9 pontos no mês, uma queda de 0,8 ponto em relação a agosto, quando havia crescido 4,0 pontos. Apesar disso, como encontra-se acima de 50 pontos, o índice ainda revela confiança.

O ICEI/RS é obtido através das avaliações dos empresários sobre as condições atuais e as expectativas tanto para a economia brasileira quanto para a própria empresa. Nesse sentido, a redução da confiança no mês, bem como a sua sustentação refletiu o componente de expectativas, que caiu, mas seguiu indicando otimismo.

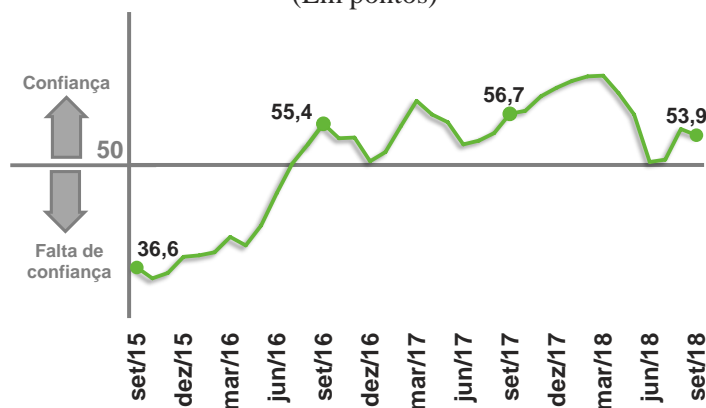
Em setembro, o Índice de Condições Atuais (ICA) ficou praticamente estável em 48,8 pontos. Abaixo dos 50 pontos, mostrou que a indústria gaúcha ainda percebe piora, sobretudo na economia brasileira, cujo índice (ICA-EB) caiu 0,8 ponto ante agosto, para 43,6 pontos. Por outro lado, o Índice de Condições Atuais das Empresas (ICA-E) cresceu 1,0 ponto, atingindo 52,0 pontos em setembro, que significa melhora.

A redução da confiança industrial gaúcha na passagem mensal foi influenciada pelo Índice de Expectativas (IE), que diminuiu de 58,0 para 56,5 pontos mas se manteve acima dos 50 pontos, o que indica otimismo. Entre os subcomponentes, o maior impacto partiu do Índice de Expectativas com as próprias empresas (IE-E), que recuou de 61,7 pontos em agosto para 60,0 pontos em setembro. Já o Índice da Economia Brasileira (IE-EB) mostrou queda menos

intensa, 0,4 ponto, mas está em nível bem menor: 50,4 pontos, muito próximo dos 50 pontos, revelando que os empresários gaúchos não esperam mudanças no cenário econômico nacional nos próximos seis meses.

Ainda que o tabelamento do frete continue repercutindo negativamente, a redução da confiança dos empresários gaúchos no mês reflete principalmente à crescente incerteza político-econômica, exacerbada pela crise fiscal, pela demanda doméstica fraca e pelo ambiente externo ainda mais desfavorável com o agravamento da crise argentina. Nesse cenário, que tem causado grande volatilidade na taxa de câmbio, há pouco espaço para a expansão da confiança, o que deve continuar limitando o processo de recuperação da atividade industrial gaúcha nos próximos meses.

Índice de Confiança do Empresário Industrial do RS (Em pontos)



Fonte: FIERGS.

Indústria gaúcha registrou maior alta para o mês desde 2010

Todos indicadores da Sondagem Industrial do RS de agosto mostraram aceleração na atividade em relação a julho. O otimismo, contudo, diminuiu.

Com exceção do nível de Utilização da Capacidade Instalada (UCI), que é divulgada em percentuais, todos indicadores variam de zero a cem pontos.

O indicador de produção atingiu 56,6 pontos em agosto, ante 52,7 pontos em julho. Pontuações acima de 50 indicam crescimento em relação ao mês anterior. Vale destacar que foi o terceiro mês seguido de alta e a expansão mais acentuada para o mês desde 2010, início da série histórica. Outro resultado relevante foi a retomada do emprego após três meses seguidos de queda. O Índice de número de empregados passou de 47,4 em julho para 50,9 pontos em agosto.

A expansão da indústria gaúcha entre julho e agosto é confirmada pela diminuição da ociosidade. A Utilização da Capacidade Instalada (UCI) passou de 69,0% para 70,0% e o índice que a mede em relação à usual subiu 4,4 pontos para 46,9 no período, o maior valor desde fevereiro de 2014 (47,4 pontos). Isso significa que, segundo os empresários gaúchos, o nível de UCI em agosto continuou abaixo, mas foi o mais próximo do usual (50 pontos) nos últimos 54 meses.

Já o índice de evolução mensal dos estoques de

produtos finais ficou em 50,3 pontos no mês, enquanto o índice que mede o nível em relação ao planejado atingiu 51,0 pontos. Pela proximidade dos 50 pontos (marca neutra), os índices revelam, respectivamente, estabilidade dos estoques em relação ao mês anterior e níveis pouco acima do previsto pelas empresas.

As expectativas dos empresários gaúchos para os próximos seis meses continuaram positivas em setembro, embora não tanto quanto no mês anterior. Os índices de demanda (57,3 pontos), de compras de matérias primas (54,4 pontos) e de quantidade exportada (53,4 pontos) permaneceram projetando crescimento, mas caíram, respectivamente, 2,7, 1,0 e 1,8 pontos na comparação com agosto. No mesmo sentido, o índice de emprego alcançou 50,6 pontos em setembro, 0,3 ponto maior que o mês anterior. Valores acima de 50 indicam expectativa de crescimento.

Por fim, o índice de intenção de investimento ficou em 51,5 pontos em setembro, 0,3 abaixo de agosto. O indicador varia de zero a cem pontos. Quanto menor o índice, menor é a propensão para o investimento, mostrando acima e próximo dos 50 pontos que o percentual de empresas que pretende investir foi pouco maior que o percentual de empresas que não tem tal intenção: 50,9% ante 49,1% em setembro.